

POLÍTICAS DE GESTÃO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: uma análise das matrículas no Censo Escolar/INEP e a sua relação com os programas Brasil Profissionalizado e Pronatec¹

CELIA TANAJURA MACHADO

Universidade do Estado da Bahia. Doutora em Educação, Professora do Programa de Pós-graduação em Gestão e Tecnologias da Educação da Universidade do Estado da Bahia. ORCID: 0000-0001-9015-2726. E-mail: celia.tanajura@gmail.com

LILIANA SOARES FERREIRA

Universidade Federal de Santa Maria. Doutora em Educação, Professora do Programa de Pós-graduação em Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Maria. ORCID: 0000-0003-4847-9148. E-mail: anililferreira@yahoo.com.br

¹ Trabalho financiado com bolsa PNPd (Programa Nacional de Pós-doutorado da CAPES), no Programa de Pós-graduação em Educação/UFSM (2017-2018).



POLÍTICAS DE GESTÃO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: Uma análise das matrículas no Censo Escolar/INEP e a sua relação com os programas Brasil Profissionalizado e Pronatec

Objetiva-se apresentar dados de matrículas de alunos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil e as relações existentes entre as matrículas observadas e as políticas públicas de gestão e financiamento, em âmbito federal, que impactaram direta ou indiretamente na oferta desta modalidade de ensino no Brasil, especificamente em relação ao Programa Brasil Profissionalizado e ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), os quais são responsáveis pelos maiores impactos nas matrículas no período estudado. A produção de dados, entre 2007 e 2018, se deu mediante análise das informações do censo escolar disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tendo como diretriz metodológica a análise crítica de matriz histórico-dialética, para a qual interessa uma aproximação cada vez maior do fenômeno estudado, a fim de apreender sua historicidade, contradições e determinações. Os dados revelaram, genericamente, a relação entre os movimentos das matrículas e os investimentos de recursos do governo central na EPT, evidenciando a dependência das instituições de ensino das redes públicas e privadas de EPT no Brasil em relação às políticas públicas para a modalidade coordenadas e financiadas pelo Ministério da Educação.

Palavras chave: Educação Profissional e Tecnológica. Políticas públicas de gestão e financiamento da educação. Brasil Profissionalizado. Pronatec.

POLICIES FOR THE MANAGEMENT AND FINANCING OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION IN BRAZIL: an analysis of enrollments in the School Census/ INEP and their relationship to the Brasil Profissionalizado and Pronatec programs

The objective is to present data of enrollment of students of Professional and Technological Education (Educação Profissional e Tecnológica – EPT –) in Brazil and the existing relations between the enrollments observed and the public policies of management and financing, at the federal level, which have had a direct or indirect impact on the supply of this modality of education in Brazil, specifically in relation to the Professional Brazil Program (Brasil Profissionalizado) and the National Program for Access to Technical Education and Employment (Pronatec), which are responsible for the greatest impacts on enrollments in the period under study. The production of data, between 2007 and 2018, took place by analyzing the information from the school census made available by the Anísio Teixeira National Institute for Educational Studies and Research (INEP), using as a methodological guideline the critical analysis of the historical-dialectical matrix, for which an increasing approximation of the studied phenomenon is of interest, in order to understand its historicity, contradictions and determinations. The data revealed, generically, the relationship between enrollment movements and investments of resources of the central government in EPT, showing the dependence of educational institutions on public and private EPT networks in Brazil in relation to public policies for the modality coordinated and financed by the Ministry of Education.

Keywords: Professional and Technological Education. Public policies for the management and financing of education. Brazil Profissionalizado. Pronatec.

POLÍTICAS PARA LA GESTIÓN Y FINANCIACIÓN DE LA EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA EN BRASIL: an analysis of enrollments in the School Census/INEP and their relationship to the Brasil Profissionalizado and Pronatec programs

El objetivo es presentar los resultados de las matrículas de los alumnos de la Educación Profesional y Tecnológica (EPT) en Brasil y la correlación entre las matrículas observadas y las políticas públicas de gestión y financiamiento, a nivel federal, que han impactado, directa o indirectamente, en la oferta de este tipo de educación en Brasil, en particular en relación con el Programa Brasil Profesionalizado y con el Programa Nacional de Acceso a la Enseñanza y al Empleo Técnicos (Pronatec), responsables por la incidencia más grande de la matriculación en el período en estudio. La producción de datos, entre 2007 y 2018, se realizó a través del análisis de la información del Censo Escolar puesto a disposición por el Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira (INEP), utilizando como directriz metodológica la reflexión crítica de la matriz histórica-dialéctica, por lo que resulta de interés una aproximación creciente al fenómeno estudiado, a fin de poder comprender su historicidad, sus contradicciones y sus determinaciones. Los datos revelaron, de manera genérica, la relación entre los movimientos de matriculación y las inversiones de recursos del gobierno central en EPT, mostrando la dependencia de las instituciones educativas de las redes públicas y privadas de EPT en Brasil en relación con las políticas públicas coordinadas y financiadas por el Ministerio de Educación.

Palavras chave: Educación Profesional y Tecnológica. Políticas públicas para la gestión y financiación de la educación. Brasil Profesionalizado. Pronatec.



POLÍTICAS DE GESTÃO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: uma análise das matrículas no Censo Escolar/INEP e a sua relação com os programas Brasil Profissionalizado e Pronatec

Introdução

O crescimento de matrículas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil tem sido apontado em diferentes trabalhos. Entretanto, os estudos que destacam este fenômeno, não o fazem da perspectiva de analisar a tendência desta expansão ao longo dos anos e a sua relação com as políticas públicas para a EPT implantadas em âmbito federal nesse período. Nesse sentido, o presente artigo objetiva apresentar dados de matrículas de alunos da EPT no Brasil e as relações existentes entre as matrículas observadas e as políticas públicas de gestão e financiamento, em âmbito federal, que impactaram direta ou indiretamente na oferta desta modalidade de ensino, no Brasil.

A produção de dados aconteceu mediante análise das informações do Censo Escolar disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O trabalho de análise dos dados dos censos escolares da Educação Profissional e Tecnológica e a construção dos gráficos, aqui apresentados, como recurso ilustrativo dos resultados obtidos, foram realizados em várias fases sequenciadas.

Inicialmente, definimos o período a ser privilegiado por este estudo e, para isso, levamos em conta, para definir o ano inicial, a publicação, em Dezembro de 2007, do Decreto N° 6.302/2007, que instituiu o Programa Brasil Profissionalizado, o qual aportou recursos para a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio para as redes estaduais de ensino, e da Lei n° 11.741, de 16 de julho de 2008, que alterou dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. A série histórica para produção de dados levou em consideração os censos escolares dos anos de 2007 a 2018. Após a definição do período a ser estudado, quando do acesso aos dados do Censo Escolar disponibilizado pelo INEP em planilhas (cujo conjunto é denominado como Sinopse Estatística da Educação Básica), deliberou-se por analisar aquelas que reúnem o número de matrículas na Educação Profissional – Ensino Regular, Especial e/ou Educação de Jovens e Adultos (EJA) –, por Etapa de Ensino

e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município. Ano a ano, os dados foram compilados, considerando a soma total de matrículas e as matrículas por dependência administrativa observadas na modalidade, no Brasil. Posteriormente, de posse dos referidos dados, uma nova planilha foi organizada, agora contendo a série histórica referida, demarcando o ano de 2007 como linha de base e referência inicial e o ano de 2018, como marco final, conforme critérios apontados anteriormente.

Depois de construídas as planilhas, em decorrência do volume de dados produzidos, decidiu-se pela construção de gráficos, como forma de permitir melhor compreensão da evolução das matrículas no período estudado. Para tanto, utilizou-se a ferramenta de elaboração de gráficos do software escolhido para a organização das planilhas, inserindo, dentre os elementos definidos para a configuração dos gráficos, o desenho da linha de tendência². Esta escolha permitiu observar, na série histórica a que se deu importância para análise, as possíveis causas que exerceram influência sobre as matrículas na rede de EPT e, assim, foram identificadas as principais ações de políticas governamentais para a EPT implementadas, suas continuidades e descontinuidades, em virtude das mudanças na gestão do governo federal por que passou o Brasil, no período³.

Como diretriz metodológica, este texto, apesar de ter como ponto de partida uma série de dados quantitativos, pretende privilegiar uma abordagem de análise crítica de matriz histórico-dialética, para a qual interessa uma aproximação cada vez maior do fenômeno estudado, a fim de apreender sua totalidade, historicidade, contradições e determinações. Dessa forma, intenta-se a utilização dos dados do Censo Escolar para que eles possam ilustrar, com base na realidade objetiva, a influência de ações governamentais sobre o comportamento tendencial das matrículas da EPT, no Brasil, avanços e recuos diretamente vinculados a políticas de gestão e financiamento coordenadas pelo governo federal em maior ou menor abrangência, no que concerne às redes e instituições ofertantes.

² Gráficos com **Linhas de tendência** exibem tendências em dados e analisa problemas de previsão. Esta análise também é chamada de análise de regressão.

³ Nos doze anos que compõem este período, o Brasil foi governado por dois presidentes do Partido dos Trabalhadores: Luiz Inácio Lula da Silva, em segundo mandato (2007/2010), e Dilma Vana Rousseff, primeiro e parte do segundo mandato (2011/2014 e 2015/2016). A presidenta Dilma Rousseff foi afastada definitivamente do cargo em 31 de agosto de 2016, após ser derrubada por um por um “Golpe de Estado jurídico-midiático-parlamentar” (SAVIANI, 2016). Com a saída de Dilma Rousseff, assumiu a Presidência da República, aquele que coordenou e articulou as bases do Golpe, o seu vice, Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Temer governou o Brasil entre 2016/2018.



Características da Oferta da Educação Profissional e Tecnológica, no Brasil, na Última Década

Após ter sido legada a segundo plano (a partir da década de 80), e ter experimentado forte queda nas matrículas como o fim da profissionalização compulsória no ensino secundário (TAVARES, 2012), a EPT somente voltou à agenda das políticas educacionais no Brasil, a partir da primeira década do século XXI, com o Decreto 5.154/2004⁴. Entretanto, ainda que tenha voltado a agenda, naquele ano, as ações de políticas públicas para a EPT não impactaram em mudanças significativas na escola (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). No entanto, apesar disso, muitos pesquisadores consideram que a importância dessas ações se revelou naquilo que se costumou chamar de “arrumar a casa”, em termos dos processos de regulação da oferta de EPT. Nesse período foram estabelecidas novas regulações para a oferta da Educação Profissional de nível médio⁵; nas instituições federais de educação tecnológica, foi instituído o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)⁶; e foram lançadas as bases para a integração de instituições federais e tecnológicas para a criação dos Institutos Federais⁷, dentre outros (MANFREDI, 2016).

Assim, somente a partir da publicação do Decreto 6.302/2007, que instituiu o Programa Brasil Profissionalizado e da reorganização da rede federal de EPT, pela Lei Nº 11.892/2008, com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (RFEPCCT), que as políticas públicas para essa modalidade de ensino delinearão um cenário promissor em relação ao impacto que levariam às instituições ofertantes. Dessa maneira, a análise do Censo Escolar da Educação Básica, possibilita constatar o crescimento das matrículas na educação profissional técnica de nível médio, em todas as formas de oferta – concomitante, subsequente e integradas ao ensino médio, nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial e nas ofertas de Formação Inicial e Continuada⁸ –, nos últimos doze anos, especialmente nas redes públicas estaduais e federal. Entretanto, constatar o crescimento das matrículas implica compreender, no campo das políticas

⁴ Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004 – Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

⁵ Resolução CNE/CEB 1/2005.

⁶ Decreto Federal 5.478/2005.

⁷ Decreto Federal 6.097/2007.

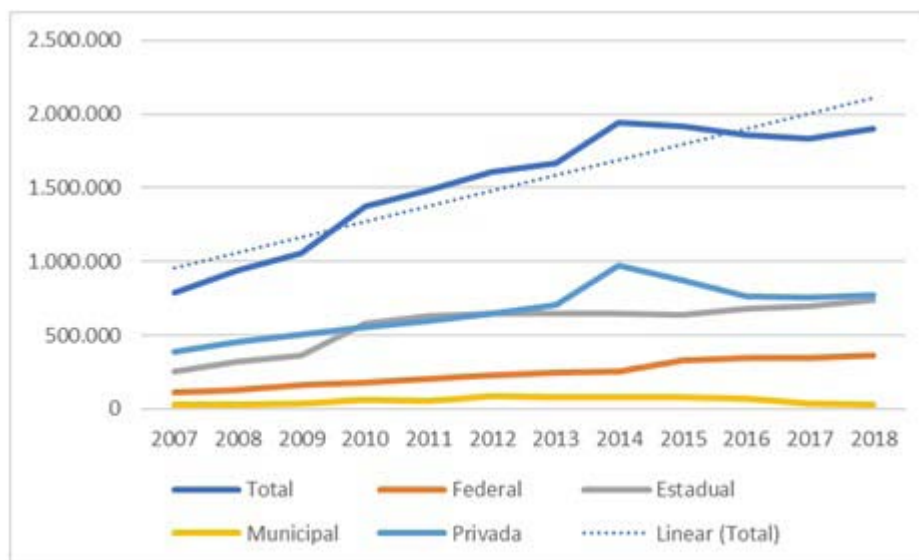
⁸ Da série histórica estudada, até o ano de 2009, não foram incluídas as matrículas de oferta de Educação Profissional e Tecnológica na modalidade de Educação Especial e na etapa de Ensino Fundamental (FIC), visto que tais dados somente se encontram discriminados no Censo Escolar, após o ano de 2010.

públicas para a EPT, de que maneira elas impactaram nesse crescimento e as contradições que se revelaram durante o processo.

Evolução das Matrículas na Educação Profissional no Brasil e as Mediações Marcadas pelas Políticas Públicas para EPT

Nesta subseção, buscamos analisar, a partir da linha de tendência, as variações experimentadas pelas matrículas na EPT na etapa de Educação Básica, ao longo dos anos de 2007 e 2018, e as relações, mediações e contradições que tais movimentos guardam em relação às ações de políticas públicas para o mesmo período. O Gráfico 1 registra a evolução das matrículas, ao tempo em que evidencia a tendência linear da oferta pública e privada em todo país, no período analisado, com base no histórico dos anos anteriores, com regressão ao ano de 2007.

Gráfico 1. Matrículas da educação profissional por dependência administrativa Brasil – 2007-2018, com indicador de tendência linear para o período.



Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP (INEP, 2007-2018).

O Gráfico 1 retrata uma tendência linear crescente do total de matrículas da Educação Profissional e Tecnológica de nível básico, até o ano letivo de 2016, impactada pelo crescimento, além da tendência esperada, das matrículas das Redes privadas de Ensino no ano de 2014, o que impulsionou os resultados do cômputo total de matrícula, naquele ano.

No que concerne às matrículas registradas nas redes públicas de ensino, estaduais e federal, estas cresceram continuamente, apesar de terem sido registradas oscilações crescentes e decrescentes ao longo da série temporal analisada, nas redes estaduais de ensino. O ano de 2018 apresenta um crescimento das matrículas nestas redes, o que será explorado mais a frente neste artigo.

Observando a dinâmica das matrículas da Educação Profissional ao longo do período estudado e a sua relação com as decisões de políticas públicas implementadas a partir da relação capital-trabalho, destacamos algumas ações de políticas públicas para EPT importantes no período, que impactaram diretamente na evolução das matrículas. No período, são consideradas importantes as ações vinculadas aos seguintes programas: Brasil Profissionalizado; Profucionário; Programa Mulheres Mil; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja); Rede e-Tec Brasil; Rede Certific e, mais recentemente, MedioTec. Em função dos limites deste texto, neste texto será somente privilegiada a análise do Programa Brasil Profissionalizado e do Pronatec, os quais são responsáveis pelos maiores impactos nas matrículas no período estudado.

O Programa Brasil Profissionalizado

Como anteriormente demarcado, o Programa Brasil Profissionalizado tornou-se o marco zero desta pesquisa, ao qual se estabeleceu o processo de regressão da série histórica estudada. Este Programa, lançado no final do ano de 2007, foi destinado a promover o desenvolvimento das redes estaduais de Educação Profissional e Tecnológica, conforme explicitado no site do Ministério da Educação:

A O Programa atua no fomento de ações que visam à expansão, ampliação e modernização das escolas das redes estaduais de Educação Profissional e Tecnológica, com a finalidade de expandir e ampliar a oferta de cursos técnicos de nível médio, principalmente do ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica.

Os recursos do Brasil Profissionalizado são repassados para os estados por meio de Termos de Compromissos - desde que o programa passou a fazer parte do Plano de Ações Articuladas (PAR) - para construção, reforma e modernização de escolas técnicas, estruturação de laboratórios, além do financiamento de recursos pedagógicos e de formação e qualificação dos profissionais da educação.

De 2007 até janeiro de 2016, o Programa atendeu instituições de educação profissional de 24 estados. Foram concluídas 342 obras, sendo 86 novas escolas, 256 ampliações e/ou reformas. Ainda foram entregues 635 laboratórios para aulas práticas.

As ações do Brasil Profissionalizado são geridas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (BRASIL, 2019)

Importante no processo de expansão das matrículas da EPT na Educação Básica, o Programa Brasil Profissionalizado contribui para impulsionar diferentes estados da federação a ofertar esta modalidade de ensino. Entretanto, a implantação do Programa foi marcada por enormes contradições, pois, enquanto o governo federal entrava com recursos para infraestrutura (construções, ampliações e reformas), além de materiais de laboratórios, os governos estaduais deveriam garantir a reorganização das redes estaduais, dos currículos e a contratação de professores. De acordo com Moura (2016, p. 12),

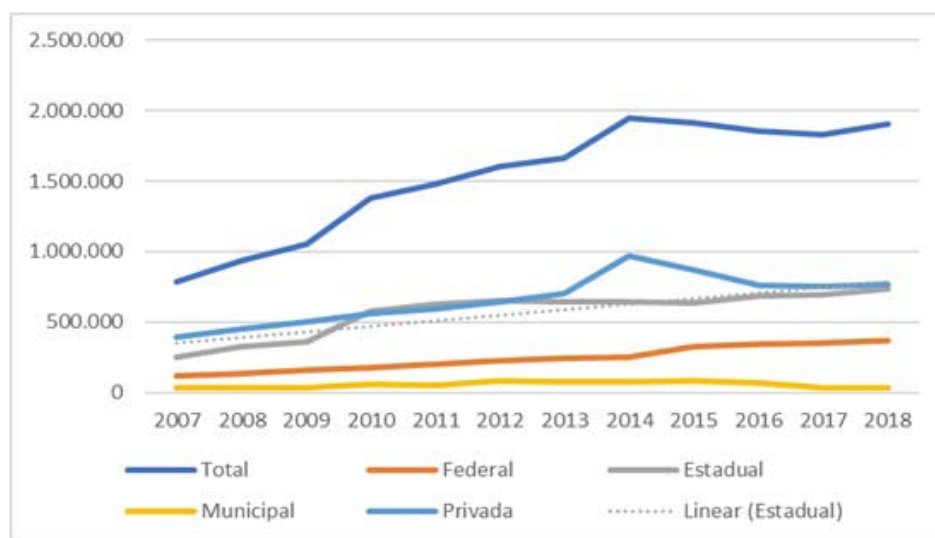
[...] os estados iriam apresentar um projeto e receber financiamento para construir novos prédios ou adaptar escolas existentes e equipá-las com toda a infraestrutura, a fim de colocar em funcionamento escolas de educação profissional. Os Estados deveriam garantir o corpo docente necessário ao funcionamento dessas escolas. O que aconteceu: todos os estados brasileiros apresentaram seus projetos e receberam recursos, mas poucos avançaram no que diz respeito à constituição dos quadros de professores da educação profissional. De forma que no cenário de hoje [...] as escolas foram ou estão sendo construídas, algumas já estão prontas, mas não funcionam, porque não têm o quadro de professores, principalmente, os docentes das disciplinas específicas da educação profissional. A situação vem se agravando a partir do segundo mandato do governo Lula e no governo da Presidenta Dilma, em função da mudança das correlações internas de forças do governo, que, na busca de garantir a governabilidade vai ampliando o leque de alianças à direita. Na medida em que essas alianças vão se ampliando à direita, os marcos legais, de uma maneira geral, também vão mudando de direção e caminhando no sentido de uma aproximação ao que havia nos anos 1990, tão criticado no início do governo Lula.

Os conflitos relativos à relação capital/trabalho, no âmbito do Estado capitalista são evidenciados por Moura (2016) quando aponta que o pacto com as elites capitalistas brasileiras, realizado pelos governos mais progressista que estiveram à frente das ações de políticas públicas no Brasil, entre os anos de 2003 e 2016, não logrou constituir mudanças consistentes na política educacional para EPT. Um dos aspectos mais importantes desse contexto revela-se na precarização do trabalho dos professores de EPT, que atuam nos diferentes programas, especialmente os professores vinculados às redes municipais e estaduais de ensino (KUENZER, 2008; MACHADO, 2011; MORAIS, 2015; MACHADO; FERREIRA; IVO, 2017).

O Programa Brasil Profissionalizado continua ativo, mas foi incorporado, a partir de 2011, ao Pronatec. Os recursos do Programa, desde então, são vinculados ao Plano de Ações Articuladas (PAR) e repassados para os estados por meio de Termos de Compromissos assinados pelos gestores estaduais e são destinados à construção, reforma e modernização de escolas técnicas, estruturação de laboratórios, além do financiamento de recursos pedagógicos e de formação e qualificação dos profissionais da educação.

No período estudado, ao observarmos a linha de tendência das matrículas estaduais, é possível ver a tendência crescente de aumento das matrículas nos estados, conforme representado no Gráfico 2.

Gráfico 2. Matrículas da Educação Profissional por Dependência Administrativa Brasil – 2007-2017, com indicador de tendência linear para as redes estaduais de EPT.



Fonte: laborado pelas autoras, a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP (INEP, 2007-2018).

A análise do Gráfico 2 permite afirmar que o maior crescimento das matrículas nas redes estaduais que ofertam EPT ocorreu entre os anos de 2009 e 2014, quando se observa um crescimento acima da linha de tendência, sendo que, após 2014, as matrículas, acompanham um pouco abaixo a linha de tendência, ou seja, enquanto a linha de tendência é crescente, as matrículas aumentam de forma tímida, entre os anos de 2015 e 2018, mas faz com que, pela primeira vez, no período analisado, as matrículas da rede estadual estejam muito próximas das matrículas da rede privada, consolidando uma tendência crescente desde o ano de 2016. No que diz respeito à oscilação e a marca um pouco abaixo da linha de tendência para as redes estaduais, entende-se que este dado pode denotar possíveis relações com os problemas concernentes à transferências de recursos para o Programa pelo Governo Federal e dificuldades enfrentadas pelas redes para a execução desses recursos e manutenção da oferta nos moldes que vinham fazendo nos anos anteriores.

De vida curta, o Programa Brasil Profissionalizado, dedicado especialmente ao financiamento da EPT nas redes públicas estaduais, foi subsumido pelo Pronatec a partir de 2011, quando os recursos públicos para a educação profissional e tecnológica, oriundos dos cofres do governo federal, passam a ser majoritariamente destinados à rede privada, com protagonismo para as entidades vinculadas ao Sistema S (CARVALHO, 2019, p. 186).

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi instituído por meio da Lei 12.513/2011, com o objetivo principal de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e promover a expansão das redes federal e estaduais de EPT, a oferta de cursos a distância, a transferência de recursos públicos a instituições privadas, por meio da celebração de Acordo de Gratuidade com essas instituições (Sistema S⁹, instituições privadas de ensino médio e superior), para a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica.

⁹ Expressão que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S, que ofertam serviços de educação: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

O Pronatec incorporou programas destinados à EPT anteriormente existentes na Setec/MEC, a saber: Programa Brasil Profissionalizado; Rede e-Tec Brasil; Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; e o Acordo de Gratuidade com o Sistema S (agora com a criação da Bolsa-Formação). As ações do Pronatec, voltadas preferencialmente para estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, também deveriam priorizar trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda e os estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública (para matrículas nos cursos ofertados na forma Subsequente).

Apesar de terem sido reconhecidos os esforços do Ministério da Educação no sentido de evitar a fragmentação das ações de políticas públicas para EPT, reunindo os principais programas financiados pelo Ministério no âmbito do Pronatec, em decorrência da forte relação estabelecida nesta política com as demandas do mercado e dos interesses dos capitalistas, com transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, o Programa angariou uma série de críticas desde a sua implantação. Nesse sentido, Franzoi, Silva e Costa (2013, p. 95) assim consideram:

A concepção que pauta o PRONATEC é a urgência de preparação para o mercado de trabalho, apoiado nos mesmos pressupostos do PLANFOR: a linearidade entre formação e colocação no mercado de trabalho; a estreita articulação entre público e privado, com ênfase no Sistema S; cursos de formação aligeirados, voltados estritamente para a preparação restrita para ocupação imediata de postos de trabalho.

Dentre as críticas ao Pronatec, destacou-se aquela em relação ao Acordo de Gratuidade com o Sistema S, especialmente, em função da prioridade centralizada na oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), com carga horária mínima de 160h. Tais cursos, além de terem sido ofertados sem que houvesse preocupação com o processo de escolarização, negam o princípio da educação integrada e integral, politécnica e omnilateral defendida pelo Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (BRASIL, 2007), quando investe, massivamente, na Qualificação Profissional, sem garantia de escolarização, e nas habilitações técnicas de nível médio apartadas do Ensino Médio, tais quais as formas Concomitante e Subsequente de oferta da Educação Profissional, em detrimento da oferta da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio. Marise Ramos, em mensagem pessoal encaminhada ao professor Dante Moura, em rápida análise das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução CNE/CEB nº 06/2012), considerou como a forma “deformada” (RAMOS, 2012 apud MOURA, 2013, p. 174), a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível médio na forma Integrada, como restou consolidado na Resolução CNE/CEB nº 06/2012:

Conseguimos garantir a forma integrada, mas só na “forma”, que está sendo cada vez mais “deformada”. Vejam, por exemplo, que o “articulado integrado” em “instituições de ensino distintas” é um primor que atende ao convênio do governo de São Paulo com o Sistema “S” e com o IF, que deverá se reproduzir pelo país afora, especialmente com o apoio financeiro do Pronatec. É uma distorção brutal de nossas proposições, agora legalizada e “legitimada” por uma inversão das ideias).

Sob fortes críticas de históricos defensores da escola pública de qualidade e da oferta da educação profissional integrada, politécnica e omnilateral, o Pronatec seguiu financiando fortemente as instituições privadas de ensino, especialmente, o Sistema S, que angariou, no âmbito da normativa que regula o Programa, o direito de autorizar o funcionamento dos seus cursos, sem se submeter aos Conselhos Estaduais de Educação. De acordo com Motta e Frigotto (2017, p. 361):

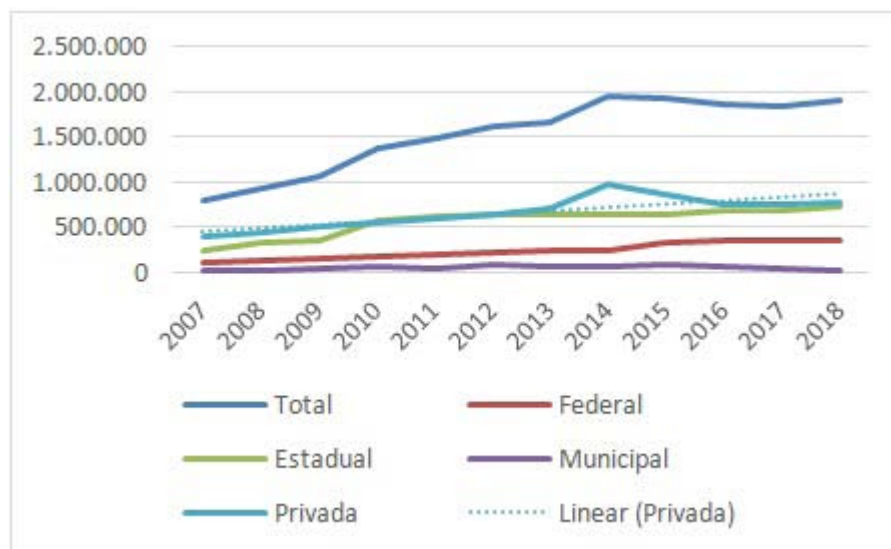
Em levantamento realizado em julho de 2015 (não publicado), constatamos que a União transferiu recursos para o programa, em 2014, no montante de R\$ 2.648.668.385,35, sendo que R\$ 2.581.208.152,00 foram destinados ao Sistema S. Até junho de 2015, em meio aos cortes na educação, tinham sido transferidos para o Pronatec R\$ 551.413.899,65 e, desse montante, R\$ 518.393.229,20 foram destinados ao Sistema S²². Além da quase totalidade dos recursos públicos voltados para o “Ensino Técnico e ao emprego” – parte da sigla do programa – ter sido destinada ao setor privado, os cursos ofertados foram focados na FIC, isto é, em cursos de curta duração e voltados para o trabalho simples ofertados pelo Sistema S.

Além do Sistema S, escolas das redes privadas que ofertam EPT e universidades privadas, também, ofertaram cursos de EPT pelo Pronatec, se valendo do expediente do Bolsa-Formação e do chamado Fies do Ensino Médio. Carvalho (2019, p. 186) organiza um levantamento de recursos aplicados pelo Pronatec entre 2011 e 2018, o qual demonstra, dentre outros dados explorados durante a sua pesquisa, a desaceleração dos repasses para a Bolsa-Formação do Pronatec, que, em 2018, representou, para a rede pública, tão somente 2% dos recursos transferidos pelo governo federal no ano de 2014. A rede privada também viu os seus recursos minguarem, ao longo do tempo, mas a sua perda foi menor, tendo recebido pouco mais do que 6% em 2018, em relação aos recursos recebidos do governo federal em 2014.

⁹ Nota no original: Fonte: Portal da Transparência da União, jul. 2015.

O Gráfico 3 ilustra, especificamente, a tendência linear da evolução das matrículas Educação Profissional, em todo País, no período estudado, com destaque para a redes privadas de Ensino

Gráfico 3. Matrículas da Educação Profissional por Dependência Administrativa Brasil – 2007-2017, com indicador de tendência linear para o período, com destaque para as Redes privadas de Ensino.



Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos dados constantes nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica (INEP, 2007-2017).

Com matrículas variando para mais e para menos entre os anos de 2013 e 2016, o Gráfico 3 revela um ápice de matrículas nas redes privadas, no ano de 2014, e queda de matrículas a partir de 2015, em relação à tendência linear calculada com base na série histórica das matrículas anteriores das redes privadas de ensino de Educação Profissional, com estagnação das matrículas a partir de 2016, com leve oscilação positiva no ano de 2018.

Ao analisarmos o crescimento expressivo das matrículas da redes privadas no ano de 2014, quando estas matrículas corresponderam a 50% da oferta, em relação às ações de políticas públicas implementadas pelo Governo Federal, devemos destacar, além das ações de financiamento do Pronatec, já aqui detalhadas, a publicação, em 10 de março de 2014, da Portaria Nº 197/2014

(BRASIL, 2014), pelo Ministério da Educação, que obrigou as instituições ofertantes de cursos de Educação Profissional a responderem, anualmente, ao Censo Escolar da Educação Básica.

Na Rede Pública de Ensino, em decorrência da vinculação entre as matrículas e os mecanismos de repasses de recursos financeiros às escolas públicas, pelo Governo Federal, a saber, recursos do Fundeb, Programa Dinheiro Direto na Escola, Programa Nacional do Transporte Escolar, Programa Nacional de Alimentação Escolar, dentre outros, a resposta ao Censo Escolar da Educação Básica recebe uma especial atenção por parte do MEC, dos gestores das secretarias da educação e das escolas públicas desde o ano de 1998, que declaram, anualmente, as informações de matrículas de seus alunos, por etapas e modalidades. Entretanto, até 2014, as escolas das redes privadas de ensino da Educação Profissional não eram obrigadas a responder ao Censo Escolar, registrando, entretanto, as informações no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec)¹⁰. Como os dados no Sistec são informados de maneira parcial e a visualização no sistema deve ser feito por município e instituição de ensino, esta estratégia de agrupamento das informações traz dificuldades a gestores e pesquisadores, quando se trata de compreender a oferta de educação para este segmento. Com a publicação da nova Portaria e a inserção desta exigência, nos pareceres de credenciamento e autorização de instituições e cursos de Educação Profissional das redes privadas de Ensino, pelos Conselhos Estaduais de Educação, as escolas foram obrigadas a responder ao Censo, revelando um número superior as matrículas historicamente registradas, naquele ano.

No que concerne ao Pronatec, vale destacar que, “nem tudo são flores” e pelo menos dois condicionantes impactam diretamente na implementação do Programa nas redes públicas e privadas; o primeiro, diretamente relacionado com as redes públicas estaduais, se trata da adesão, resposta, monitoramento das ações do PAR e execução dos recursos financeiros pelos estados, na implantação das ações demandadas, o que implica em grande organização institucional e administrativa por parte das equipes das secretarias estaduais de educação. Na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), além da gestão de recursos e dos diferentes Programas¹¹ a que os Institutos e demais Escolas da RFEPCT foram demandados nos

⁹ Nota no original: Fonte: Portal da Transparência da União, jul. 2015.

¹⁰ Site do Governo Federal cujo objetivo é promover mecanismos de registro e controle dos dados da educação profissional e tecnológica no país. Para mais informações ver: <http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino>.

¹¹ Profucionário, Mulheres Mil, Rede Certific e Proeja.



últimos anos, também se tornara necessária a gestão interna dos conflitos gerados pela oferta de cursos de EPT regulares e integrados a Educação de Jovens e Adultos (Proeja), os quais não recebiam recursos complementares, e a oferta de cursos no âmbito do Pronatec, em que professores e alunos neles inseridos recebiam bolsa. No período, algumas pesquisas revelaram uma forte desestabilização da oferta de vagas do Proeja, dada a concorrência estabelecida a partir da oferta de vagas pelo Pronatec (SACRAMENTO, 2016; MARASCHIN; FERREIRA, 2017). Em segundo lugar, mas não menos importante, trata-se da constância e comprometimento por parte do Governo Federal, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o repasse dos recursos às redes públicas e privadas.

Especialmente a partir do ano de 2016, o Programa registra diminuição dos repasses de recursos, mas, somente em 2017 e 2018, ocorre quase que a total interrupção das ações de formação do Programa, quando se visualiza o baixíssimo volume de recursos desembolsados nestes anos para fazer frente ao carro-chefe do Pronatec, o Bolsa-Formação (CARVALHO, 2019) e a mudança de prioridades do governo federal em relação às políticas para a educação (durante o governo Michel Temer, boa parte dos recursos descentralizados para os Estados foram destinados à contratação de consultorias para a implementação da Reforma do Ensino Médio, com o Fomento à implantação das Escolas em Tempo Integral e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tal qual se pode comprovar pelos repasses de recursos destinados aos Estados da Bahia e do Rio Grande do Sul (estados das autoras deste texto) nos anos de 2017 e 2018 (FNDE, 2019). Assim, desacelerado a partir de 2016, Pronatec impacta na queda das matrículas da Educação Profissional e Tecnológica, em especial nas matrículas na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC), ofertadas pelas redes privadas de ensino, com destaque para o Sistema S.

Com a Reforma do Ensino Médio¹² e a criação do chamado MedioTec¹³, pesquisadores como Motta e Frigotto (2017) advogam que se trata de uma “incorporação do Pronatec ao ensino médio regular”, visto que o quinto itinerário formativo, previsto para a chamada formação técnica e profissional, e a carga horária a ele destinado se consolidam como uma engenharia curricular engendrada no percurso do ensino médio regular. O MedioTec incorpora, ao mesmo tempo, o Pronatec, a oferta de EPT na modalidade de educação a distância, a implementação da Reforma do Ensino Médio e a oferta da Escola em Tempo Integral, na medida em que oferta aos alunos dos

¹² Lei nº 13.415/2017.

¹³ O MedioTec é uma ação para ofertar cursos de educação profissional técnica de nível médio na forma concomitante para o aluno das redes públicas estaduais e distrital de educação, matriculado no ensino médio regular (MEC, 2019).

curso regulares de ensino médio a alternativa de cursarem, no contraturno ou na modalidade de educação a distância, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma Concomitante (com matrícula na mesma instituição de ensino ou em instituições distintas). A integração dessas diferentes políticas pode ter impactado no aumento das matrículas nas redes estaduais e federal no ano de 2018. Entretanto, este fenômeno precisa ser analisado com mais vagar, tendo em vista a necessidade de compreender as inúmeras determinações que envolvem a implementação do MedioTec, ainda não investigadas no decorrer desta pesquisa.

Considerações Finais

A análise das políticas públicas para a EPT, implementadas em anos anteriores e o seu impacto sobre o comportamento das matrículas em uma série histórica, pode auxiliar na compreensão do processo de evolução das matrículas na Rede e na decisão sobre novas ações que possam ser buscadas no futuro como garantia de sustentabilidade, especialmente, da rede pública de ensino. Tal modalidade de estudo permite aos pesquisadores uma compreensão sedimentada por dados concretos, de uma realidade por vezes tratada na superficialidade. Poder-se-ia afirmar que os dados remetem ao concreto, indicando características de uma totalidade nem sempre considerada por aqueles que estudam políticas educacionais relativas à Educação Profissional. Analisando a evolução desses dados e relacionando-os com o texto e o contexto das políticas de Educação Profissional e Tecnológica chega-se a uma leitura aprofundada da realidade, capaz de, no limite, lançar possibilidades e desafios para essas mesmas políticas.

Ainda, as informações/dados produzidos pelo INEP permitiram compreender a tendência apontada quanto à oferta de EPT, por mais de uma década, e revelaram a profunda dependência não só das redes pública de ensino da educação profissional, mas especialmente das redes privadas, com destaque para o Sistema S, de recursos do governo federal para os programas de formação técnico-profissional dos trabalhadores. Observou-se, ainda, que as redes públicas estaduais e federal, pela capacidade instalada e formas de cursos que mais ofertam (Integrada e Subsequente), possuem maiores e melhores condições de garantir a sustentabilidade das matrículas, enquanto a rede privada, por concentrar a maior oferta em cursos de Qualificação Profissional, com carga horária de até 160h, não demonstra capacidade de sustentar uma política de formação dos trabalhadores sem os recursos públicos.

Este estudo e as análises aqui realizadas fizeram emergir outras categorias teóricas que podem ser melhor interpretadas e contextualizadas, a partir das categorias teórico-metodológicas de matriz marxiana aqui privilegiadas, a saber: totalidade, contradição, mediação e historicidade. Tal análise precisa continuar no sentido de aprofundar os impactos da evolução desses dados

na historicidade da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Desse modo, quanto mais se produzirem análises assentadas no concreto, recuperando uma historicidade a partir do que se vive no presente e confrontando os resultados produzidos com as contradições e mediações existentes no contexto histórico em que se inserem, melhor se pode projetar o futuro e, no conjunto a partir do qual se elaborou esta pesquisa compreender elementos de produção, resistências e enfrentamento na defesa da educação profissional pública, de qualidade, integrada, politécnica e omnilateral como a que se compreende ser importante para a formação dos trabalhadores brasileiros.

REFERÊNCIA

ABRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Documento Base. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 20 de abril de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Brasil Profissionalizado. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/brasil-profissionalizado>. Acesso em: 25 de abril de 2018.

CARVALHO, A. B. Políticas públicas para educação profissional no Brasil: uma análise sobre a concepção, execução e gestão do Pronatec no âmbito da Bolsa-Formação (2011-2018). Tese (Doutorado). Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação em Educação. São Cristóvão, SE, 2019.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação. Sistema de consultas à liberação de recursos dos programas do FNDE/Bahia (2017 e 2018). Disponível em: http://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc. Acesso em: 30 de novembro de 2019.

FRANZOI, N. L.; SILVA, C. O. B.; COSTA, R. de C. D. Proeja e Pronatec: ciclo de políticas, políticas recicladas. Políticas Educativas. Porto Alegre, RS. v. 6, n.2, 2013. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/viewFile/45658/28838>. Acesso em: 24 de Abr. 2014.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. Educ. Soc., Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, out. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000300017&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 26 de abril de 2018.

FRIGOTTO, G. Uma década do Decreto nº 5.154/2004 e do Proeja: balanço e perspectivas. HOLOS, [S.l.], v. 6, p. 56-70, out. 2016. ISSN 1807-1600. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4984>>. Acesso em: 14 abr. 2018. doi:<https://doi.org/10.15628/holos.2016.4984>.

INEP. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse estatística da Educação Básica 2007. Brasília: INEP, 2008. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 26 de Abr. 2018.

INEP. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse estatística da Educação Básica 2008. Brasília: INEP, 2009. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 26 de Abr. 2018.

INEP. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse estatística da Educação Básica 2009. Brasília: INEP, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 26 de Abr. 2018.

INEP. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse estatística da Educação Básica 2010. Brasília: INEP, 2011. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 26 de Abr. 2018.

INEP. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse estatística da Educação Básica 2011. Brasília: INEP, 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 26 de Abr. 2018.

INEP. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse estatística da Educação Básica 2012. Brasília: INEP, 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 26 de Abr. 2018.

INEP. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse estatística da Educação Básica 2013. Brasília: INEP, 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 26 de Abr. 2018.

INEP. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse estatística da Educação Básica 2014. Brasília: INEP, 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 26 de Abril de 2018.

INEP. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse estatística da Educação Básica 2015. Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 29 de abril de 2018.



INEP. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse estatística da Educação Básica 2016. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 26 de abril de 2018.

INEP. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse estatística da Educação Básica 2017. Brasília: INEP, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 26 de abril de 2018.

INEP. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse estatística da Educação Básica 2018. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 29 de novembro de 2019.

KUENZER, A. Z. Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica: Brasília, 26, 27 e 28 de setembro de 2006. Brasília, DF: INEP, 2008. 304 p. – Coleção Educação Superior em Debate; v. 8. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/489018/Forma%C3%A7%C3%A3o+de+professores+para+educa%C3%A7%C3%A3o+profissional+e+tecnol%C3%B3gica/998485af-7fd3-4981-8be0-b4a834080d19?version=1.4>. Acesso em: 26 de abril de 2018.

MACHADO, C. T.; FERREIRA, L. S.; IVO, A. A. Relações entre precarização e vínculos de trabalho de professores de educação profissional. IX Encontro Brasileiro da Redeestrado. Rede latino-americana de estudos sobre o trabalho docente. Campinas-SP: Unicamp, 08 a 10 de novembro de 2017. Disponível em: <http://anaisbr2017.redeestrado.org/>. Acesso em: 30 de novembro de 2019.

MACHADO, L. R. de S. O desafio da formação dos professores para a EPT e PROEJA. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 116, p. 689-704, set. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 abr. 2018.

MANFREDI, S. M. Educação Profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

MARASCHIN, M. S.; FERREIRA, L. S. Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional: Histórico e Perspectivas. 38ª Reunião Nacional da ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação: São Luís, MA. 01 a 05 de outubro de 2017. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT18_426.pdf. Acesso em: 26 de abril de 2018.

MORAIS, C. A. Prática pedagógica e formação dos professores da educação profissional na relação com concepções e princípios do PROEJA. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, 2015.

MOTTA, V. C. da; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida provisória nº 746/2016 (lei nº 13.415/2017). Educ. Soc., Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, junho de 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000200355&lng=en&nrm=iso. Acesso em 27 abril de 2018.

MOURA, D. H. (org.). Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil nos anos 2000: movimentos contraditórios. In: MOURA, D. H. Produção de conhecimentos, políticas públicas se formação docente em educação profissional. Campinas, SP; Mercado de Letras, 2013.

MOURA, D. H. Entrevista. Revista Ensino Interdisciplinar. Mossoró, RN: UERN. v. 2, nº. 05, julho, 2016.

SACRAMENTO, M. P. A Gestão do PROEJA no Instituto Federal da Bahia – um encontro de duas modalidades de ensino: quando um mais um é mais do que dois. TCFC. Universidade do Estado da Bahia. Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias aplicadas a Educação (GESTEC). Salvador, BA: 2016.

TAVARES, M.G. Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: as etapas históricas da Educação Profissional no Brasil. IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Caxias do Sul, 2012.

Enviado em: 10 de novembro de 2019.

Apreciado em: 30 de novembro de 2019.

Inserido em: 10 de dezembro de 2019.

